

MOÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DOS CTT

Os membros da Assembleia de Freguesia de Aljustrel eleitos pela CDU, confrontados com os propósitos do Governo da República em privatizar os CTT – Correios de Portugal no futuro próximo, não podem deixar de, em sã consciência, manifestar o seu veemente repúdio perante tal propósito.

Os CTT – Correios de Portugal de hoje são herdeiros de quase 500 anos de história de prestação de bons serviços postais aos portugueses, com uma qualidade reconhecida quer a nível nacional quer internacional. Hoje, apesar da má administração do serviço público de correios levada a cabo pelos últimos Conselhos de Administração dos CTT -compostos por Gestores Públicos nomeados pelos sucessivos Governos - que deterioraram e continuam a deteriorar a qualidade do serviço prestado às populações em favor do lucro, ainda assim o Serviço Público Postal prestado pelos CTT, prestado pelo Estado, continua a ser o garante do acesso de todos os cidadãos, em igualdade e a preços acessíveis, a comunicação escrita.

Perante esta nova vaga de tentativas por parte da Administração dos CTT, em transferir para terceiros os serviços de correios e a sua exploração comercial, e por conseguinte o encerramento das Estações de Correio, como é o caso de, por exemplo no nosso concelho, da de Ervidel.

Assim, e porque os exemplos de anteriores privatizações de serviços públicos demonstram à evidência que aqueles que os compraram apenas querem deles retirar o máximo de lucro em desfavor a prestação do serviço público e porque entendemos que os CTT – Correios de Portugal se devem manter no âmbito do Sector Empresarial do Estado, pedimos à Assembleia da República que, no âmbito das suas competências legisle no sentido de que:

- Os CTT – Correios de Portugal, concessionários do Serviço Público Postal, não possam ser alienados, no todo ou em parte, do Sector Empresarial do Estado e se mantenham com 100% de capital Estatal;
- Os CTT – Correios de Portugal continuem obrigados a prestar um Serviço Público Postal de qualidade, a preços acessíveis e controlados, disponibilizado a todos os cidadãos independentemente do seu poder económico e localização geográfica;
- Os CTT – Correios de Portugal cumpram a sua obrigação de manutenção e melhoria da Rede Pública Postal e de correcta guarda do património físico e de imagem que lhe estão confiados;
- Os CTT – Correios de Portugal sejam impedidos de continuarem a encerrar Estações de Correio (mesmo que transformando-as em Postos de Correio explorados por terceiros) e sejam obrigados a reporem, como é também sua obrigação legal, a Distribuição Diária e Domiciliária de Correio a todos os

cidadãos;

- Os CTT – Correios de Portugal sejam impedidos de recorrerem ao dumping social e laboral como têm vindo a fazer e que apenas possam recorrer a trabalhadores do seu quadro de pessoal para a execução de todas as tarefas conexas à prestação do Serviço Público Postal;

Os proponentes desta Moção solicitam à Assembleia da República que, enquanto garante da Soberania Nacional, recuse e impeça a transposição da Directiva Postal da União Europeia para a Legislação Nacional como forma de garantia do futuro e da qualidade do Serviço Público Postal e da Rede postal Pública Portuguesa.

Em caso de aprovação, a presente moção será remetida para os órgãos de soberania: Presidente da República Assembleia da República, Primeiro-Ministro, e publicá-la nos órgãos de comunicação social, em caso de aprovação.

Aljustrel, 30 de Junho de 2010

A Bancada da CDU na Assembleia de Freguesia de Aljustrel

